

nos oferece como dispositivo nos permite entender as camadas textuais que nutrem o pensamento-ação antropofágico, oferece exemplos de sua projeção e antecipa futuros leitores.

Diego Giménez

https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_14

**ANIMALIDADES: ZOOLITERATURA
E OS LIMITES DO HUMANO**

Maria Esther Maciel

São Paulo: Instante, 2023

176 páginas, ISBN: 978-65-87342-42-9

Animalidades: zooliteratura e os limites do humano traz sete ensaios, além de uma espécie de introdução teórica, reapresentando parte das publicações acadêmicas recentes de Maria Esther Maciel, em torno dos comportamentos de animais não-humanos, unindo etologia e representações literárias de animais, com alguma relação histórica já longa em torno de uma espécie de outro presente-ausente, o humano.

Quem se dispõe à leitura da obra encontra quase um bestiário, em uma espécie de paralelo com tal gênero recriado pela Modernidade, ao ver, pelo percurso de pesquisa e escrita autoral, figurações majoritariamente ligadas à literatura brasileira e à pergunta “o que eles sabem de nós?” que, a partir da literatura e da representação literária, teria como corolário uma pergunta maior: “o que eles sabem de nós, que não sabemos que eles sabem

de nós?” A instituição literária funcionaria como uma prática revelatória, ao longo dos tempos, de tais segredos, a partir do momento em que se vê, pelas interpretações de Maciel, a forma pela qual Machado de Assis, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, Hilda Hilst, entre outros, além de, aqui e acolá, escritores não brasileiros, como Franz Kafka, J. M. Coetzee e Tawada Yōko, acessam, dão espaço, interpretam ou traduzem, via obra literária, pensamentos, sensações, saberes e indagações de seus outros, os bichos.

Seria, portanto, “[g]raças às experiências ficcionais e poéticas dos escritores”, que “atravessamos as fronteiras entre as espécies e acedemos à outra margem, a dos animais não humanos, num encontro também com a animalidade dentro de nós”, tendo, como correlato, que: a literatura afirma não apenas seu potencial de provocar atos internos em nós, leitores, como também nos ensina a lidar, por rotas criativas, com as alteridades radicais e os saberes que se inscrevem nos variados espaços do mundo “zoo”, além de se abrir à complexidade múltipla do mundo natural. (p. 28)

Se o resultado introduzido por Maciel é a revelação do segredo da pergunta primordial, essa sapiência não-humana vem derivada de um “modo como cada um deles nos vê e nos percebe. E como não podemos rastrear esse saber por caminhos meramente racionais e científicos, resta-nos também conjecturar sobre ele” (p. 42;

destaque da autora). Essa conjectura, porém, não reside em toda e qualquer pessoa, ou ao menos não para aquele tipo de feito a deixar, para a posteridade, ensinamentos. A esses se resguardam autores literários dedicados a, nessa imaginação empática, assumirem “muitas vezes o ponto de vista desses outros viventes” evidenciando “que essas alteridades possuem outras formas de linguagem e de racionalidade que desafiam nossa compreensão” (p. 81); essa mesma conclusão vem em detrimento da utilização, por Maciel, de outros campos do saber, como a já citada etologia, por exemplo.

Os estudos arrolados vão contribuindo para essa estrutura de revelação, empatia e ensino, quando, em Assis e Lispector, “noções de animalidade/humanidade se imbricam por vieses inquietantes e a própria noção de subjetividade se torna interespecífica” (p. 55), com suas narrativas caninas; através de baratas e búfalos inscritos em asco e afeto, ódio e solidariedade, crueldade e compaixão, há uma espécie de *aquém* e *além* humano, na ordem de algo a ser tido como paradoxo (cf. p. 111), quando se observa mais de perto a pluralidade lispectoriana, unindo, até mesmo, a máxima de que “[a]través da animalidade do búfalo, [a narradora] se humaniza” (p. 106). Além disso, na aproximação com Hilst, o animal não-humano se torna sinonímia de contato com o divino: “ousada travessia de fronteiras, que se aloja na ordem dos sentidos”, desestabiliza “nossa racio-

nalidade e nos leva ao encontro com nossa própria animalidade” (p. 115).

Drummond ganha destaque nesta cena, no cânone literário moderno brasileiro, por não estar somente ligado ao mundo canino/felino, mas transitando por outros reinos e garantindo uma pluralidade de inventários de animais outrora existentes que, graças à devastação da fauna/flora mineira, estão ou extintos, ou em extinção. Na interpretação de Maciel, a atuação de Drummond dá a ele uma espécie de figura de grande ensinador a seu público leitor, construída no “empenho do poeta em se colocar na pele desse outro e tentar depreender o que este seria capaz de dizer se tivesse acesso à linguagem verbal” (p. 121). Essa intersecção de mundos e possibilidade de habitar, pela fabulação, mentalidades outras, traduzindo-as como literatura, faz, também, do exercício de Tawada, um que “[a]o transitar entre o real e o absurdo, aborda as intersecções entre os mundos animais, pondo em xeque os saberes legitimados sobre a dimensão zoo e, por extensão, nos levando a pensar sobre os limites de nossa própria humanidade” (p. 98).

O itinerário termina, no entanto, em um local ambíguo, em uma promessa e relance ao futuro. Promessa e relance por serem, ao mesmo tempo, um único capítulo dedicado mais de perto a algo anunciado desde a vertente teórica da introdução, quando Eduardo Viveiros de Castro e suas metafísicas canibais entram como matização de uma ideia

crítica ao que pode ser entendido por humano, e, também, um início de exercício de análise de produções contemporâneas que tenham, ora a ascendência indígena dos autores compilada, ora uma relação *outra*, que não vista no cânone moderno brasileiro, com a natureza, principalmente ao retratarem a fauna de biomas pouco valorizados na literatura citadina: a Amazônia. A promessa final, de que as próximas fases de pesquisa de Maciel se deterão exatamente aí, em algo que a autora passa a chamar de poéticas/vozes indígenas, interessa, talvez, um tanto mais, assim como perturba certas categorias analíticas desenvolvidas pela própria autora. Passo para essas ressalvas, a partir de agora.

Talvez o pensamento de Derrida, presente na introdução do livro e o já citado Viveiros de Castro, contribuam mais para o estágio apresentado por Maciel, como uma espécie de armadilha na qual a ressalva de ambos não se torna vista, ou não matizada, mas também, ao mesmo tempo, uma possibilidade de promessa a ser reelaborada no futuro – o que torna todo tipo de ressalva uma vontade, quicá, de que tais problemas possam ser revistos para se continuar no vasto tema elaborado pela autora de forma tão atenciosa. A desconstrução e o perspectivismo ameríndio parecem sugerir uma necessidade de rever as dicotomias fundantes do pensamento ocidental, sem muita restrição de qual ocidente estaríamos falando em Maciel, pela falta de referência do

dêitico, contribuindo para uma espécie de não adequação ao já dado ou a certezas pré-estabelecidas, apostando, muitas vezes, em um estudo da *limitrofia* (cf. Derrida, Jacques, 2002. *O animal que logo sou (a seguir)*. Trad. de Fabio Landa. São Paulo: EdUNESP) e de outras construções de visões de mundo que implicam em produções de episteme, ontologia e sentidos totalmente outros, por depreenderem da própria base uma outra sistematização que não aquela, muitas vezes, na qual deságua, por exemplo, a própria instituição aqui relida: a literatura.

Isso, no entanto, em teoria, ou ao menos aos olhos de quem assina tal recensão, deveria (poderia?) gerar mais dúvidas e apostas – logo, menos certezas – sobre a própria instituição literária como saída benéfica e ocupação de traduções a *ensinarem*, *humanizarem* o leitor/autor. Tais termos, sem a baliza de limites – ensinamento como ameaça, humanização como problema intrínseco ao antropoceno e à escravidão no ocidente – deixam uma espécie de aposta na literatura que desloca, em teoria, o olhar ao seu Outro mas, em realidade, realiza um giro em 360: ao sair do humano, a assinatura no final é, mais uma vez, do próprio humano, da própria relevância de tal ser benevolente que estaria, em uma cena de enunciação, transferindo uma aposta do que *é* o animal, esse outro lado da dicotomia, traduzindo-o, refletindo-o e assinando a si no outro.

Um pensamento limítrofe poderia apostar na certeza de que a insistência no limite não o ultrapassa, nem vai aquém/além, como muitas vezes refere Maciel, mas sim o reforça, o distende um pouco mais. Como na forma derridiana, seguir assim é testar os limites e provar que a *bestice* é, primordialmente, somente humana, desse animal autobiográfico que ocupa tal espaço como o único animal autobiografável, mas, ao mesmo tempo, pela insistência radical *no* paradigma, poder testá-lo e abri-lo ao futuro. De certa forma, ainda que tudo isso se anuncie, mesmo recaindo em certezas paradigmáticas de algo antigo (a boa fé na literatura), os estudos de Maciel parecem apontar caminhos, ainda vindouros, cuja aposta se continua vendo com bons olhos, pelo não feito, não apostado, não insistido.

Fabio Pomponio Saldanha

https://doi.org/10.14195/2183-847X_14_15

ALÉM DO PARADIGMA:

(SOBRE O LEGADO DE THOMAS KUHN).

Nabil Araújo

Rio de Janeiro: EdUERJ. 2022

150 páginas, ISBN 978-85-7511-570-1

Há um horizonte de tempo em que um texto esgota o que tem a dizer? Tornou-se clássica, e com isso quase um clichê, a famosa frase de Italo Calvino (1993:11): “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”. Para textos literários,

é quase um consenso entre especialistas e não especialistas que o “tempo” (essa entidade estranha) pode fazer um texto falar, ou calar. O mesmo é válido para textos filosóficos? A mais recente obra de Nabil Araújo, *Além do paradigma: Sobre o legado de Thomas Kuhn*, lançada em 2022 pela EdUERJ, ano do centenário de nascimento de Thomas Kuhn e de 60 anos da primeira publicação de *As estruturas das revoluções científicas* [1962] (doravante *Structure*), parece não assumir o aforismo de Calvino como um pressuposto, mas, precisamente, como uma questão, uma interrogação, um problema a ser abordado. A consagrada obra de Thomas Kuhn, após e ao longo de 60 anos desde sua publicação, ainda diz algo? Ainda tem algo a dizer? Se há, qual é o legado de Thomas Kuhn?

Um ponto de partida da obra de Araújo (2022) e, diríamos, um de seus pontos altos, é que, para responder a essa questão, o autor não se posiciona como um filósofo ou um historiador da ciência, como se esperaria em um primeiro momento, mas privilegiadamente como um teórico da literatura. A circunscrição disciplinar, embora não seja restritiva, mas, ao contrário, um dos elementos de ampliação do debate, é iluminadora tanto do tipo de leitura a que a obra de Kuhn é submetida quanto do raio de alcance da fortuna crítica mobilizada por Araújo (2022), que extrapola em muito a filosofia anglo-saxã para alcançar as ciências sociais, as humanidades e os estudos literários,